

No. 29069

**BRAZIL
and
ARGENTINA**

Treaty on the establishment of a Brazilian-Argentine binational enterprises statute. Signed at Buenos Aires on 6 July 1990

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 30 July 1992.

**BRÉSIL
et
ARGENTINE**

Traité relatif à la création d'un statut des entreprises binationales Brésil-Argentine. Signé à Buenos Aires le 6 juillet 1990

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 30 juillet 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO PARA O ESTABELECIMENTO DE UM ESTATUTO DAS EMPRESAS BINACIONAIS BRASILEIRO-ARGENTINAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina,

CONSIDERANDO:

O processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, iniciado em 1986 com a assinatura da Ata para a Integração e Cooperação Econômica Brasileiro - Argentina e a celebração, em 29 de novembro de 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que consolida aquele processo;

A aprovação do referido Estatuto por ambos Congressos em 16 de agosto de 1989 e sua posterior entrada em vigor;

O objetivo prioritário de promover a integração e a complementação a nível de empresas para assegurar o êxito do referido processo;

Acordam o seguinte Estatuto:

ARTIGO I

Definições

1. Os Estados Partes estabelecem o Estatuto que regulará as empresas de caráter binacional, que se constituam de acordo com o mesmo.

2. Para os efeitos deste Estatuto, entende-se por empresa binacional brasileiro - argentina - doravante Empresa Binacional - aquela que cumpra simultaneamente as seguintes condições:

- a) que ao menos 80% do capital social e dos votos pertençam a investidores nacionais da República Federativa do Brasil e da República Argentina, assegurando-lhes o controle real e efetivo da Empresa Binacional;
- b) que a participação do conjunto dos investidores nacionais de cada um dos dois países seja de, no mínimo, 30% do capital social da empresa, e
- c) que o conjunto dos investidores nacionais de cada um dos dois países tenha direito de eleger, no mínimo, um membro em cada um dos órgãos de administração e um membro do órgão de fiscalização interna da empresa.

3. São considerados investidores nacionais:

- a) as pessoas físicas domiciliadas em qualquer dos dois países;
- b) as pessoas jurídicas de direito público de qualquer um dos dois países;
- c) as pessoas jurídicas de direito privado de qualquer um dos dois países, nas quais a maioria do capital social e dos votos, e o controle administrativo e tecnológico efetivos sejam, direta ou indiretamente, detidos pelos investidores indicados nas letras a) ou b) acima.

4. As pessoas jurídicas a que se refere a letra c) do parágrafo terceiro deste Artigo, independentemente de que se encontrem sediadas na República Federativa do Brasil ou na República Argentina, integrarão, para efeito do disposto na letra b) do parágrafo segundo deste Artigo, o conjunto de investidores nacionais do país a que pertencerem seus controladores.

5. Os aportes de capital do Fundo de Investimento a que se refere o Protocolo nr. 7 do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina considerar-se-ão efetuados por investidores nacionais, para os fins do cômputo de participações previsto neste Artigo.

6. Os investimentos nas Empresas Binacionais de pessoas físicas ou jurídicas que não tenham as características mencionadas no parágrafo segundo do presente Artigo não serão considerados, para os efeitos do presente Estatuto, como realizados por investidores nacionais.

ARTIGO II

Objeto

As Empresas Binacionais poderão ter como objeto qualquer atividade econômica permitida pela legislação do país de sua sede, ressalvadas as limitações estabelecidas por disposição constitucional.

ARTIGO III

Forma Jurídica

1. As Empresas Binacionais terão sede, necessariamente, na República Federativa do Brasil ou na República Argentina, e revestirão uma das formas jurídicas admitidas pela legislação do país escolhido para a sede social, devendo agregar à sua denominação ou razão social as palavras "Empresa Binacional Brasileiro - Argentina" ou as iniciais "E.B.B.A." ou "E.B.A.B.".

2. Quando a forma escolhida for a de sociedade anônima, as respectivas ações serão obrigatoriamente nominativas, não transferíveis por endosso.

3. As Empresas Binacionais com sede em um dos dois países poderão estabelecer, no outro, filiais, sucursais ou subsidiárias, obedecendo as respectivas legislações nacionais quanto ao objeto, forma e registro.

ARTIGO IV

Aportes

1. Poderão realizar-se os seguintes aportes de capital na empresa binacional:

a) aportes em moeda local do país de origem do investimento;

- b) aportes em moedas livremente conversíveis;
- c) aportes em bens de capital e equipamentos de origem brasileira e/ou argentina, sem cobertura cambial no país receptor;
- d) outros aportes permitidos pela legislação de cada país; e
- e) bens de capital e equipamentos originários de terceiros países, desde que internados na República Federativa do Brasil ou na República Argentina até a data da assinatura do presente Estatuto e integralizados ao capital social até dois anos após sua entrada em vigor. A partir dessa última data os bens de capital e equipamentos originários de terceiros países estarão sujeitos ao tratamento tributário vigente na República Federativa do Brasil e na República Argentina.

2. Verificando o cumprimento dos requisitos constitutivos da Empresa Binacional, conforme estabelecido no Artigo VIII do presente Estatuto, a Autoridade de Aplicação do país de sede emitirá um Certificado Provisório do qual constará necessariamente o montante de capital social, natureza e porcentagem dos respectivos aportes.

3. Mediante a apresentação do Certificado Provisório indicado no parágrafo anterior perante a Autoridade de Aplicação do outro país, se autorizará automaticamente a transferência dos aportes de capital que estiverem individualizados no referido Certificado.

4. Uma vez integralizado o capital social, a Autoridade de Aplicação do país da sede emitirá o Certificado Definitivo e comunicará tal ato à Autoridade de Aplicação do outro país.

5. Para os efeitos do disposto na letra c) do parágrafo 1 do presente Artigo, ambos os Governos tomarão as providências necessárias para que o ingresso dos aportes ali mencionados nos seus respectivos territórios se faça ao amparo dos Acordos Bilaterais sobre Comércio, subscritos entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), de forma a eximi-los de qualquer restrição tarifária ou não-tarifária (seja tributária, administrativa, quantitativa ou outra), nos termos de cada legislação nacional aplicável em ambos os países, para o ingresso ou saída de tais aportes.

ARTIGO V

Tratamento

1. As Empresas Binacionais terão, no país de sua atuação, o mesmo tratamento estabelecido ou que se venha a estabelecer para as empresas de capital nacional desse País, ainda que a maioria do capital social pertença aos investidores do outro país, conforme o Artigo I do presente Estatuto, em matéria de:

- a) tributação interna;
- b) acesso ao crédito interno;
- c) acesso a incentivos ou vantagens de promoção industrial nacional, regional ou setorial, e
- d) acesso às compras e contratos do setor público.

2. Os bens e serviços produzidos pelas Empresas Binacionais gozarão de tratamento prioritário, equiparado aos das empresas de capital nacional, na implementação por ambos Governos de iniciativas bilaterais desenvolvidas no contexto do processo de integração e cooperação econômica.

3. O tratamento previsto neste Artigo alcança as filiais, as sucursais e as subsidiárias das Empresas Binacionais, observando-se, quando couber, as disposições do Artigo I do presente Estatuto.

ARTIGO VI

Transferência ao Exterior

1. Os investidores de cada um dos dois países em uma Empresa Binacional estabelecida no outro país terão direito, uma vez pagos os impostos que couberem, de transferir livremente aos respectivos países de origem os lucros provenientes de seu investimento, desde que distribuídos proporcionalmente entre os investidores, de acordo com o previsto no Artigo I, parágrafo 2 do presente Estatuto, e a repatriar suas participações no capital social, observadas, nesta última hipótese, as disposições legais aplicáveis em cada país. Igual direito caberá às filiais, sucursais ou subsidiárias das Empresas Binacionais no tocante a seus lucros líquidos.

2. Mesmo em caso de dificuldades nos pagamentos externos, os Governos de ambos países não imporão restrições aos investidores de Empresas Binacionais para a livre transferência dos lucros líquidos que lhes couberem.

ARTIGO VII

Transferência de Pessoal

Os dois Governos tomarão as medidas necessárias para facilitar as transferências, entre ambos os países, do pessoal empregado pelas Empresas Binacionais, incluindo-se:

- a) facilidades para obtenção da autorização de permanência temporária ou definitiva, e
- b) reconhecimento recíproco de títulos profissionais.

ARTIGO VIII

Procedimentos

1. Para os efeitos de obtenção do Certificado Provisório previsto no Artigo IV do presente Estatuto, os investidores nas Empresas Binacionais deverão apresentar perante a Autoridade de Aplicação do país sede, a que se refere o Artigo IX, os seguintes documentos:

- I. um acordo que estipule as condições em que se constituirão e operarão as Empresas Binacionais, que inclua obrigatoriamente informações sobre os seguintes pontos:
 - a) objetivos e programas de atividade da Empresa Binacional;
 - b) estrutura do capital social;
 - c) nome, nacionalidade e domicílio dos sócios;

- d) natureza e valor dos respectivos aportes ao capital da Empresa Binacional;
- e) distribuição de funções e cargos de administração entre os investidores de cada país;
- f) regras para a distribuição dos resultados da Empresa Binacional;
- g) regras para operações comerciais entre os investidores e sua Empresa Binacional;
- h) regras de preferência para os casos de venda de ações e aumento de capital social;
- i) regras sobre liquidação da Empresa Binacional, e
- j) regras para a solução de controvérsias, incluindo a eleição do foro para estes efeitos.

II. cópia do projeto de estatuto social ou do contrato social de constituição da Empresa Binacional.

2. A Autoridade de Aplicação do país de constituição da Empresa Binacional emitirá o Certificado Definitivo a que se refere o Artigo IV do presente Estatuto mediante a apresentação, pelos interessados, dos seguintes documentos:

- a) comprovante de inscrição dos atos constitutivos da empresa no registro competente;
- b) comprovante de integralização do capital social;
- c) cópia do estatuto, acordo ou contrato social, ou de documento equivalente, e
- d) declaração juramentada dos diretores ou sócios gerentes, conforme o caso, na qual conste que a composição do capital social da empresa cumpre com as regras estabelecidas no Artigo I do presente Estatuto.

3. O Certificado Definitivo assegurará o gozo dos benefícios previstos no presente Estatuto.

4. Somente as empresas que cumpram com os requisitos e formalidades estabelecidos neste Estatuto poderão utilizar a denominação de "Empresa Binacional Brasileiro - Argentina" conforme o previsto no parágrafo 1 do Artigo III.

5. A transferência de ações ou participação nas Empresas Binacionais exigirá o prévio consentimento da Autoridade de Aplicação do país da sede, a fim de controlar o cumprimento das condições estabelecidas no Artigo I do presente Estatuto.

ARTIGO IX

Autoridade de Aplicação

1. A Autoridade de Aplicação do país da sede, terá a seu cargo as funções de certificação da constituição e funcionamento de Empresas Binacionais, conforme estabelecido no Artigo VIII e demais Artigos conexos do presente Estatuto.

2. A Autoridade de Aplicação de cada país fará constituir e manterá atualizado um Registro de Empresas Binacionais de ambos os países, de consulta pública.

3. A Autoridade de Aplicação, quando comprovadas infrações a este Estatuto ou à legislação do respectivo país, cometidas por uma Empresa Binacional, poderá tornar sem efeito a qualificação de binacional de tal empresa, notificando a Autoridade de Aplicação do outro país. Neste caso, a empresa perderá o direito de amparar-se nas disposições do presente Estatuto, a partir do momento em que houver ocorrido a infração, sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis.

4. A Autoridade de Aplicação de cada país será designada no prazo de 30 (trinta) dias da entrada em vigor deste Estatuto, pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores, devendo recair dita designação em órgão ou entidade já existente em suas respectivas administrações centrais.

ARTIGO XImplementação do Estatuto de
Empresas Binacionais

1. Constitui-se pelo presente Estatuto um Comitê Binacional Permanente de Implementação e Acompanhamento do Estatuto de Empresas Binacionais, integrado por dois representantes do Setor Público de cada Estado parte - sendo um do Ministério das Relações Exteriores e outro da Autoridade de Aplicação - e por dois representantes do Setor Privado de cada um dos dois países. Os representantes do Setor Privado terão mandato de dois anos, renovável até duas vezes. Cada membro terá um suplente.
2. O Comitê desenvolverá suas atividades em cada um dos países e reunir-se-á com periodicidade de seis meses ou quando convocado por uma das Partes.
3. O Comitê tem a seu cargo estimular e supervisionar a implementação e a plena vigência e eficácia em ambos países de medidas que facilitem a formação e o funcionamento de Empresas Binacionais e que garantam o pleno acesso aos benefícios outorgados pelo presente Estatuto.
4. O Comitê atuará ainda como órgão de consulta dos governos nacionais no que se refere a toda questão suscitada pela instrumentação e pela plena aplicação deste Estatuto, tendo sob sua responsabilidade a interpretação do conteúdo e alcance de suas disposições.
5. O Comitê estabelecerá o seu próprio Regulamento de Funcionamento no decorrer de sua primeira reunião, que deverá realizar-se, no mais tardar, nos 60 dias seguintes à entrada em vigor do presente Estatuto.

ARTIGO XI

Entrada em vigor

O presente Estatuto entrará em vigor na data em que forem trocados os respectivos instrumentos de ratificação.

ARTIGO XII

Vigência e Denúncia

1. O presente Estatuto terá duração indefinida.
2. O presente Estatuto poderá ser denunciado por qualquer dos Estados Partes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito um ano após a data de sua notificação ao outro Estado Parte.

ARTIGO XIII

Disposição Transitória

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina revisarão no prazo de quatro meses, a partir da data da entrada em vigor do presente Estatuto, a Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, assinada em 17 de maio de 1980, para adequá-la ao disposto no presente Estatuto.

Assinado em Buenos Aires em 06 de julho de 1990, em duas versões, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

FERNANDO COLLOR

Pela República Argentina:

[Signed — Signé]

CARLOS SAUL MENEM

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO PARA EL ESTABLECIMIENTO DE UN ESTATUTO DE EMPRESAS BINACIONALES BRASILEÑO-ARGENTINAS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Argentina ,

CONSIDERANDO:

El proceso de integración y cooperación económica entre la República Federativa del Brasil y la República Argentina, iniciado en 1986 con la firma del Acta para la Integración y Cooperación Económica Argentino-Brasileña y la celebración, el 29 de noviembre de 1988, del Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo que consolida dicho proceso.

La aprobación del Tratado por ambos Congresos el 16 de agosto de 1989 y su posterior entrada en vigor.

El objetivo prioritario de promover la integración y complementación a nivel de empresas para asegurar el éxito del referido proceso.

ACUERDAN el siguiente Estatuto:

ARTICULO I DEFINICIONES

1. Los Estados Partes establecen el Estatuto que regulará las empresas de carácter binacional que se constituyan de conformidad al mismo.

2. A los efectos del presente Estatuto, se entiende por Empresa Binacional Argentino-Brasileña -en adelante "Empresa Binacional"- aquella que cumpla simultáneamente con las siguientes condiciones:

a) Que, por lo menos, el 80% del capital social y de los votos pertenezca a inversores nacionales de la República Argentina y la República Federativa del Brasil, asegurándoles el control real y efectivo de la Empresa Binacional;

b) Que la participación del conjunto de los inversores nacionales de cada uno de los dos países sea de, por lo menos, el 30% del capital social de la Empresa; y

c) Que el conjunto de los inversores nacionales de cada uno de los dos países tenga derecho a elegir por lo menos un miembro de cada uno de los órganos de la administración y un miembro del órgano de fiscalización interna de la Empresa.

3. Se consideran inversores nacionales:

- a) Las personas físicas domiciliadas en cualquiera de los dos países;
- b) Las personas jurídicas de derecho público de cualquiera de los dos países; y
- c) Las personas jurídicas de derecho privado de cualquiera de los dos países, en las cuales la mayoría del capital social y de los votos, y el control administrativo y tecnológico efectivo, sea detentado, directa o indirectamente por los inversores indicados en los incisos a) o b) arriba mencionados.

4. Las personas jurídicas a las que se refiere el inciso c) del párrafo 2. de este Artículo, sea que estén domiciliados en la República Argentina o en la República Federativa del Brasil, conformarán, a efectos de lo dispuesto en el inciso b) del párrafo 1. de este Artículo, el conjunto de los inversores nacionales del país al que pertenecen sus controladores.

5. Los aportes de capital del Fondo de Inversión, al que se refiere el Protocolo No. 7 del Programa de Integración y Cooperación Económica entre la República Argentina y la República Federativa del Brasil, se considerarán efectuados por inversores nacionales, a los fines del cómputo de participaciones previsto en este Artículo.

6. Las inversiones en las Empresas Binacionales de personas físicas o jurídicas que no posean las características mencionadas en el párrafo 2. del presente Artículo no serán consideradas, a los efectos del presente Estatuto, como realizadas por inversores nacionales.

ARTICULO II OBJETO

Las Empresas Binacionales podrán tener como objeto cualquier actividad económica permitida por la legislación del país de su sede, salvo las limitaciones establecidas por disposición constitucional.

ARTICULO III FORMA JURIDICA

1. Las Empresas binacionales tendrán sede, necesariamente, en la República Argentina o en la República Federativa del Brasil y revestirán una de las formas jurídicas admitidas por la legislación del país elegido para la sede social, debiendo agregar a su denominación o razón social las palabras "Empresa Binacional Argentino-Brasileña" o las iniciales "E.B.A.B." o "E.B.B.A.".

2. Cuando la forma escogida fuese la de sociedad anónima, las respectivas acciones serán obligatoriamente nominativas, no transferibles por endoso.

3. Las Empresas binacionales con sede en uno de los países podrán establecer en el otro sucursales, filiales o subsidiarias, observando las respectivas legislaciones nacionales en cuanto a objeto, forma y registro.

ARTICULO IV APORTES

1. Podrán realizarse los siguientes aportes de capital a la Empresa Binacional:

- a) aportes en moneda local del país de origen de las inversiones;
- b) aportes en moneda de libre convertibilidad;
- c) aportes en bienes de capital y equipamientos de origen argentino y/o brasileño, sin cobertura cambiaria en el país receptor;
- d) otros aportes permitidos por la legislación de cada país; y
- e) bienes de capital y equipamientos originarios de terceros países, en la medida en que hayan sido internados en la República Argentina o en la República Federativa del Brasil hasta la fecha de la firma del presente Estatuto, y que se integren al capital social hasta dos años después de su entrada en vigor. A partir de esta última fecha los bienes de capital y los equipamientos originarios de terceros países estarán sujetos al tratamiento tributario vigente en la República Argentina y en la República Federativa del Brasil.

2. Verificado el cumplimiento de los requisitos constitutivos de la Empresa Binacional - conforme lo establece el Artículo VIII del presente Estatuto- la Autoridad de Aplicación del país de la sede emitirá un Certificado Provisorio en el cual constará necesariamente el monto del capital social y la naturaleza y porcentaje de los respectivos aportes.

3. Mediante la presentación del Certificado Provisorio indicado en el párrafo anterior anterior ante la Autoridad de Aplicación del otro país, se autorizará automáticamente la transferencia de los aportes de capital que estuvieren individualizados en dicho Certificado.

4. Una vez integrado el capital social, la Autoridad de Aplicación del país de la sede extenderá el Certificado Definitivo y comunicará dicho acto a la Autoridad de Aplicación del otro país.

5. A los efectos de lo dispuesto en el inciso c) del párrafo 1 del presente Artículo, ambos Gobiernos tomarán las providencias necesarias para que el ingreso de los aportes allí

mencionados se haga en sus respectivos territorios al amparo de los acuerdos bilaterales sobre comercio firmados entre la República Argentina y la República Federativa del Brasil en el ámbito de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), de manera de eximirlos de cualquier restricción arancelaria o para-arancelaria (sea tributaria, administrativa, cuantitativa, u otra), en los términos de la legislación nacional aplicable en ambos países para el ingreso o egreso de tales aportes.

ARTICULO V TRATAMIENTO

1. Las Empresas Binacionales tendrán en el país de su actuación el mismo tratamiento establecido o que se establezca para las empresas de capital nacional de ese país, aún cuando la mayoría del capital social pertenezca a inversores del otro país, según lo establecido en el Artículo 1 del presente Estatuto, en materia de:

- a) tributación interna;
- b) acceso al crédito interno;
- c) acceso a incentivos o ventajas de promoción industrial, nacional, regional o sectorial; y
- d) acceso a las compras y contratos del sector público.

2. Los bienes y servicios producidos por las Empresas Binacionales gozarán de tratamiento prioritario, equiparado al de las empresas de capital nacional, en la instrumentación por ambos Gobiernos de las iniciativas bilaterales desarrolladas en el contexto del proceso de integración y cooperación económica.

3. El tratamiento previsto en este Artículo alcanza a las sucursales, filiales y subsidiarias de las Empresas Binacionales, observando las reglas del Artículo 1 del presente Estatuto cuando corresponda.

ARTICULO VI TRANSFERENCIAS AL EXTERIOR

1. Los inversores de cada uno de los dos países en una Empresa Binacional establecida en el otro país tendrán derecho, luego del pago de los impuestos que corresponda, a transferir libremente a los respectivos países de origen las utilidades provenientes de su inversión, en la medida en que sean distribuidas entre sus inversores proporcionalmente de acuerdo a lo previsto en el Artículo I, párrafo 2 del presente Estatuto, y a repatriar sus participaciones en el capital social, observadas, en esta última hipótesis, las disposiciones legales aplicables en cada país. Igual derecho corresponderá a las sucursales, filiales y subsidiarias de Empresas Binacionales respecto a sus utilidades netas.

2. Aún en caso de dificultades en los pagos externos, los Gobiernos de ambos países no aplicarán restricciones a los inversores en Empresas Binacionales para la libre transferencia de las utilidades netas que les correspondan.

ARTICULO VII
TRANSFERENCIAS DE PERSONAL

Los dos gobiernos tomarán las medidas necesarias para facilitar la movilidad entre ambos países del personal empleado por las Empresas Binacionales, incluyendo:

- a) facilidades para obtener la autorización de permanencia temporaria o definitiva; y
- b) reconocimiento reciproco de títulos profesionales.

ARTICULO VIII
PROCEDIMIENTO

1. A los efectos de obtener el Certificado Provisorio previsto en el Artículo IV del presente Estatuto, los inversores en las empresas Binacionales deberán presentar ante la Autoridad de Aplicación del país sede a la que se refiere el Artículo IX, los siguientes documentos:

I. Un acuerdo que estipule las condiciones en que se constituirán y operarán dichas Empresas Binacionales, que incluya obligatoriamente información sobre los siguientes puntos:

- a) objetivos y programas de actividades de la Empresa Binacional;
- b) estructura del capital social;
- c) nombre, nacionalidad y domicilio de los socios;
- d) naturaleza y valor de los respectivos aportes al capital de la Empresa Binacional;
- e) distribución de funciones y cargos de administración entre los inversores de cada país;
- f) reglas para la distribución de los beneficios de la Empresa Binacional;
- g) reglas para las operaciones comerciales entre los inversores y su Empresa Binacional;
- h) reglas de preferencia para los casos de venta de acciones y aumento de capital social;
- i) reglas sobre liquidación de la Empresa Binacional; y
- j) reglas para la solución de controversias que incluyan la elección del foro a esos efectos.

II. Copia del proyecto del estatuto social o del contrato social de constitución de la Empresa Binacional.

2. La Autoridad de Aplicación del país de constitución de la Empresa Binacional emitirá el Certificado Definitivo al que se refiere el Artículo IV del presente Estatuto, mediante la presentación, por los interesados, de los siguientes documentos:

- a) comprobante de inscripción del contrato constitutivo de la empresa en el registro correspondiente;
- b) comprobante de integración del capital social;
- c) copia del estatuto o del contrato social de la empresa o documento equivalente; y

- d) declaración jurada de los directores o socios gerentes, según el caso, en la que conste que la composición del capital social de la empresa cumple con las reglas establecidas en el Artículo I del presente Estatuto.
3. El Certificado Definitivo asegurará el goce de los beneficios previstos en este Estatuto.
4. Solamente las empresas que cumplan con los requisitos y formalidades establecidas en este Estatuto podrán utilizar la denominación de "Empresa Binacional Argentino-Brasileña" conforme a lo previsto en el párrafo 1 del Artículo III.
5. La transferencia de acciones o participaciones en las Empresas Binacionales exigirá el previo consentimiento de la Autoridad de Aplicación del país de la sede, a fin de controlar el cumplimiento de las condiciones establecidas en el Artículo I del presente Estatuto.

ARTICULO IX AUTORIDAD DE APLICACION

1. La Autoridad de Aplicación del país de la sede tendrá a su cargo las funciones de certificación de la constitución y funcionamiento de las Empresas Binacionales, conforme lo establecido en el Artículo VIII, y demás artículos conexos del presente Estatuto.
2. La Autoridad de Aplicación de cada país llevará y mantendrá actualizado un Registro de Empresas Binacionales de ambos países, de consulta pública.
3. La Autoridad de Aplicación, cuando fueren comprobadas infracciones a este Estatuto o a la legislación del respectivo país cometidas por una Empresa Binacional, podrá dejar sin efecto la calificación de Binacional de dicha Empresa, y notificará a la Autoridad de Aplicación del otro país. En este caso, la Empresa perderá el derecho a ampararse en las disposiciones del presente Estatuto, a partir del momento en que haya ocurrido la infracción, sin perjuicio de otras sanciones legales aplicables.
4. La Autoridad de Aplicación de cada país será designada en el plazo de 30 (treinta) días de la entrada en vigor del presente Estatuto, por los respectivos Ministros de Relaciones Exteriores, debiendo recaer dicha designación en un órgano o entidad ya existente de sus respectivas administraciones centrales.

ARTICULO X IMPLEMENTACION DEL ESTATUTO DE EMPRESAS BINACIONALES

1. Constitúyese por el presente Estatuto un Comité Binacional Permanente de Implementación y Seguimiento del

Estatuto de Empresas Binacionales, integrado por dos representantes del sector público de cada Estado Parte - debiendo ser uno de ellos del Ministerio de Relaciones Exteriores y el otro de la Autoridad de Aplicación- y por dos representantes del sector privado de cada uno de los dos países. Los representantes del sector privado tendrán un mandato de dos años renovable en dos oportunidades. Cada representante tendrá un suplente.

2. El Comité desarrollará sus actividades en cada uno de los países, y se reunirá con una periodicidad de seis meses o a instancias de una de las Partes.

3. El Comité tiene a su cargo impulsar y supervisar la implementación y la plena vigencia y eficacia en ambos países de medidas que faciliten la formación y funcionamiento de Empresas Binacionales y que garanticen el pleno acceso a los beneficios otorgados por el presente Estatuto.

4. Asimismo, el Comité actuará como órgano de consulta de los Gobiernos nacionales respecto a toda cuestión que suscite la instrumentación y la aplicación del Estatuto, teniendo a su cargo la interpretación del contenido y alcance de sus disposiciones.

5. El Comité establecerá su propio Reglamento de funcionamiento durante su primera reunión, la que deberá efectuarse, a más tardar, a los 60 días de la entrada en vigor del presente Estatuto.

ARTICULO XI ENTRADA EN VIGOR

El presente Estatuto entrará en vigor en la fecha que se intercambien los respectivos instrumentos de ratificación.

ARTICULO XII VIGENCIA Y DENUNCIA

1. El presente Estatuto tendrá una duración indefinida.

2. El presente Estatuto podrá ser denunciado por cualquiera de los Estados Partes por la vía diplomática. La denuncia surtirá efectos un año después de la fecha de notificación de la misma al otro Estado Parte.

ARTICULO XIII DISPOSICION TRANSITORIA

Los Gobiernos de la República Argentina y de la República Federativa del Brasil revisarán en el plazo de cuatro meses, a partir de la entrada en vigor del presente Estatuto, el Convenio entre la República Argentina y la República Federativa del Brasil para Evitar la Doble Imposición y Prevenir la Evasión fiscal con Respecto a los Impuestos sobre la Renta,

firmado el 17 de mayo de 1980, para adecuarlo al contenido del presente Estatuto.

HECHO en Buenos Aires, a los seis días del mes de julio de mil novecientos noventa en dos ejemplares originales, en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa del Brasil:

[Signed — Signé]

FERNANDO COLLOR

Por el Gobierno
de la República Argentina:

[Signed — Signé]

CARLOS SAUL MENEM

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TREATY¹ ON THE ESTABLISHMENT OF A BRAZILIAN-ARGENTINE BINATIONAL ENTERPRISES STATUTE

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the Argentine Republic,
Considering

The process of integration and economic cooperation between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic, which began in 1986 with the signing of the Instrument for Brazilian-Argentine Integration and Economic Cooperation, and the conclusion on 29 November 1988 of the Treaty on Integration, Cooperation and Development² which consolidated this process;

The Adoption of the Treaty by the Congresses of both countries on 16 August 1989 and its subsequent entry into force;

The priority objective of promoting integration and complementarity at the level of enterprises in order to ensure the success of the aforementioned process;

Have agreed on the following Statute:

Article I

DEFINITIONS

1. The States Parties hereby establish a Statute for the regulation of binational enterprises established pursuant to its provisions.

2. For the purposes of this Statute, a Brazilian-Argentine binational enterprise — hereinafter referred to as “binational enterprise” — refers to an enterprise which meets all of the following criteria:

(a) At least 80 per cent of the share capital and votes must belong to national investors from the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic, thereby ensuring them true and effective control of the binational enterprise;

(b) The holding of the group of national investors of each of the two countries must amount to at least 30 per cent of the share capital of the enterprise; and

(c) The group of national investors of each of the two countries shall have the right to select at least one member of each administrative body and one member of the internal body of the enterprise.

3. The following shall be considered national investors:

(a) Individuals domiciled in either of the two countries;

(b) Bodies corporate under public law from either of the two countries; and

¹ Came into force on 27 June 1992 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Vale de Las Leñas, Argentina, in accordance with article XI.

² United Nations, *Treaty Series* vol. 1545, No. I-26799.

(c) Bodies corporate under private law from either of the two countries in which the investors referred to in subparagraphs (a) or (b) above directly or indirectly hold the majority of the share capital and votes and exercise effective administrative and technological control.

4. The bodies corporate referred to in paragraph 3 (c) of this article, whether domiciled in the Federative Republic of Brazil, or in the Argentine Republic shall for the purposes of paragraph 2 (b) of this article, constitute the group of national investors of the country to which their controlling interest belongs.

5. Capital contributions to the investment fund referred to in Protocol No. 7 to the Programme for Integration and Economic Cooperation between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic shall be deemed to have been made by national investors for the purpose of calculating the levels of participation envisaged in this article.

6. Investments in binational enterprises by individuals or bodies corporate lacking the characteristics stated in paragraph 2 of this article shall be deemed not to have been made by national investors for the purposes of this Statute.

Article II

PURPOSE

Binational enterprises may have as their purpose any economic activity permitted under the legislation of the headquarters country, subject to any constitutional restrictions.

Article III

LEGAL STRUCTURE

1. A binational enterprise must have its headquarters in the Federative Republic of Brazil or in the Argentine Republic and a legal structure that is acceptable under the legislation of the country selected as the headquarters, and the words "Brazilian-Argentine binational enterprise" or the initials "E.B.B.A." or "E.B.A.B." must be added to its title or company name.

2. Where the structure selected is that of a public company, the respective shares must be registered and shall not be transferable by endorsement.

3. Binational enterprises headquartered in one of the countries may establish branches, affiliates or subsidiaries in the other and shall comply with the relevant national legislation with respect to their purpose, structure and registration.

Article IV

CONTRIBUTIONS

1. The following capital contributions may be made to binational enterprises:
 - (a) Contributions in the local currency of the country of origin of the investment;
 - (b) Contributions in a freely convertible currency;

(c) Contributions of Brazilian and/or Argentine capital goods and equipment of origin, free of exchange changes in the receiving country;

(d) Other contributions allowable under the legislation of each country; and

(e) Capital goods and equipment originating in third countries, provided that they were imported into the Federative Republic of Brazil or the Argentine Republic prior to the date on which this Statute was signed and that they formed part of the company's assets for two years following its entry into force. As from this latter date, capital goods and equipment originating in third countries shall be subject to the taxation regime in force in the Federative Republic of Brazil or the Argentine Republic.

2. Once compliance with the requirements for establishing a binational enterprise has been verified, as provided for in article VIII of this Statute, the application processing authority of the headquarters country shall issue a provisional certificate which must state the total share capital and the nature and percentage of the respective contributions.

3. Upon presentation of the provisional certificate referred to in the preceding paragraph to the application processing authority of the other country, the transfer of the capital contributions itemized in the certificate shall be automatically authorized.

4. Once the share capital has been constituted, the application processing authority of the headquarters country shall issue the permanent certificate and shall report such issuance to the application processing authority of the other country.

5. For the purposes of paragraph 1 (c) of this article, the two Governments shall take the necessary precautions to ensure that the contributions referred to therein which are imported into their respective territories are protected by the bilateral trade agreements concluded between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic within the framework of the Latin American Integration Association (LAIA), so as to ensure that they are exempted from all tariff or similar restrictions (whether relating to taxes or of an administrative, quantitative or other nature), pursuant to the national legislation applicable in the two countries to the import or export of such contributions.

Article V

TREATMENT

1. Binational enterprises shall enjoy the same treatment in the country in which they conduct their activities as that established or to be established for enterprises capitalized by nationals of that country, even where the majority of the share capital is owned by investors of the other country, in accordance with article I of this Statute, with regard to:

(a) Domestic taxation;

(b) Access to domestic credit;

(c) Access to national, regional or sectoral industrial promotion incentives or benefits; and

(d) Access to purchasing opportunities and contracts in the public sector.

2. Goods and services produced by binational enterprises shall be accorded the same priority treatment as that granted to enterprises capitalized by nationals with respect to the bilateral initiatives of the two Governments undertaken in the context of the process of integration and economic cooperation.

3. The treatment envisaged in this article shall be extended to the branches, affiliates and subsidiaries of binational enterprises and, where appropriate, the provisions of article I of this Statute shall apply.

Article VI

TRANSFERS ABROAD

1. Investors from either country in a binational enterprise established in the other country shall, upon payment of the relevant taxes, be entitled freely to transfer to their respective countries of origin profits generated by their investments in so far as such profits are distributed proportionately among the investors pursuant to article I, paragraph 2, of this Statute, and to repatriate their holdings of share capital, provided that, in the latter instance, the legal provisions of the two countries are observed. The branches, affiliates and subsidiaries of binational enterprises shall enjoy the same right with respect to their net profits.

2. The Governments of the two countries shall not, even where they face external payments difficulties, impose restrictions on investors in binational enterprises with respect to the free transfer of their net profits.

Article VII

TRANSFER OF PERSONNEL

The two Governments shall adopt the necessary measures to facilitate the movement between the two countries of personnel employed by binational enterprises, including:

- (a) Facilities for obtaining authorization of temporary or permanent residence;
- and
- (b) Reciprocal recognition of professional qualifications.

Article VIII

PROCEDURES

1. In order to obtain the provisional certificate referred to in article IV of this Statute, investors in binational enterprises shall be required to submit the following documents to the application processing authority of the headquarters country referred to in article IX:

I. An agreement specifying the conditions for the establishment and operation of such binational enterprises, which must include information on the following items:

- (a) Objectives and planned activities of the binational enterprise;
- (b) The share capital structure;

- (c) The name, nationality and domicile of the shareholders;
- (d) The nature and value of the respective capital contributions to the binational enterprise;
- (e) The distribution of administrative functions and responsibilities among the investors of each country;
- (f) The rules governing the distribution of the profits of the binational enterprise;
- (g) The rules governing commercial operations between the investors and the binational enterprise;
- (h) The preferential rules governing sales of shares and increases in share capital;
- (i) The rules governing the liquidation of the binational enterprise; and
- (j) The rules governing the settlement of disputes, including the selection of the venue for that purpose.

II. A copy of the draft statute or draft contract establishing the binational enterprise.

2. The application processing authority of the country in which the binational enterprise is established shall issue the permanent certificate referred to in article IV of this Statute upon presentation of the following documents by the parties concerned:

- (a) Proof of registration of the constituent instrument of the enterprise in the appropriate register;
- (b) Proof of incorporation of the share capital;
- (c) A copy of the statute or contract establishing the enterprise or an equivalent document; and
- (d) A sworn statement by the managing directors or partners, as appropriate, stating that the composition of the share capital of the enterprise conforms to the rules laid down in article I of this Statute.

3. The permanent certificate shall guarantee enjoyment of the benefits provided for in this Statute.

4. Only enterprises fulfilling the requirements and formalities established in this Statute may use the name "Brazilian-Argentine binational enterprise", in accordance with article III, paragraph 1.

5. The transfer of shares or holdings in binational enterprises shall require the prior consent of the application processing authority of the headquarters country, with a view to ensuring compliance with the terms laid down in article I of this Statute.

Article IX

APPLICATION PROCESSING AUTHORITY

1. The application processing authority of the headquarters country shall be responsible for certifying the establishment and operation of binational enterprises, in accordance with article VIII and other relevant articles of this Statute.

2. The application processing authority of each country shall maintain and keep up to date a register of the binational enterprises of the two countries, which shall be available for public consultation.

3. In the event of confirmed infringements by a binational enterprise of this Statute or of the legislation of the country concerned, the application processing authority may nullify the binational character of the said enterprise and shall so inform the application processing authority of the other country. In such a case, the enterprise shall lose the right to benefit from the provisions of this Statute as from the time the infringement occurred, without prejudice to other applicable legal sanctions.

4. The application processing authority of each country shall be designated within 30 (thirty) days following the entry into force of this Statute by the respective Ministers for Foreign Affairs, who must designate an existing body or entity within their respective central Governments.

Article X

IMPLEMENTATION OF THE BINATIONAL ENTERPRISES STATUTE

1. A Permanent Binational Committee for the Implementation and Monitoring of the Binational Enterprises Statute is hereby established by this Statute and shall comprise two representatives from the public sector of each State Party — one of whom must be from the Ministry of Foreign Affairs and the other from the application processing authority — and two representatives from the private sector of each of the two countries. The representatives from the private sector shall serve for a twice renewable term of two years. Each representative shall have an alternate.

2. The Committee shall conduct its activities in each of the countries and shall meet every six months or at the request of one of the Parties.

3. The Committee shall be responsible for promoting and supervising the implementation and full validity and effectiveness in the two countries of measures that facilitate the establishment and operation of binational enterprises and guarantee full access to the benefits accorded under this Statute.

4. The Committee also shall serve as a consultative body of the national Governments on any matter arising out of the implementation and full application of this Statute and shall be responsible for interpreting the content and scope of its provisions.

5. The Committee shall establish its own rules of procedure at its first meeting, which shall take place no later than 60 days following the entry into force of this Statute.

Article XI

ENTRY INTO FORCE

This Statute shall enter into force on the date of exchange of the respective instruments of ratification.

Article XII

DURATION AND DENUNCIATION

1. This Statute shall remain effective indefinitely.
2. This Statute may be denounced by either of the States Parties through the diplomatic channel. The denunciation shall take effect one year following the date of notification thereof to the other State Party.

Article XIII

TEMPORARY PROVISION

The Governments of the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic shall, within four months from the entry into force of this Statute, amend the Convention between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic for the Avoidance of Double Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with respect to Taxes on Income signed on 17 May 1980,¹ in order to make it conform to the provisions of this Statute.

DONE at Buenos Aires on 6 July 1990 in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:
FERNANDO COLLOR

For the Government
of the Argentine Republic:
CARLOS SAUL MENEM

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1300, p. 33.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

TRAITÉ¹ RELATIF À LA CRÉATION D'UN STATUT DES ENTREPRISES BINATIONALES BRÉSIL-ARGENTINE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République argentine,

Considérant :

Le processus d'intégration et de coopération économique entre la République fédérative du Brésil et la République argentine, entamé en 1986 avec la signature de l'Acte pour l'intégration et la coopération économique Brésil-Argentine et la conclusion, le 29 novembre 1988, du Traité d'intégration, de coopération et de développement² qui consolide ce processus;

L'approbation du Statut en question par les deux Congrès le 16 août 1989 et par la suite son entrée en vigueur;

L'objectif prioritaire consistant à promouvoir l'intégration et la complémentarité au niveau des entreprises pour assurer le succès du processus en question;

Sont convenus du Statut suivant :

Article premier

DÉFINITIONS

1. Les Etats parties créent un Statut devant régler les entreprises de caractère binational constituées conformément audit Statut.

2. Aux fins du présent Statut, on entend par Entreprise binationale brésilienne-argentine — ci-après dénommée « entreprise binationale » — celle qui répond simultanément aux conditions suivantes :

a) Au moins 80 % du capital social et des voix appartiennent à des investisseurs nationaux de la République fédérative du Brésil et de la République argentine, leur assurant le contrôle réel et effectif de l'entreprise binationale;

b) La participation de l'ensemble des investisseurs nationaux de chacun des deux pays est, au minimum, de 30 % du capital social de l'entreprise; et

c) L'ensemble des investisseurs nationaux de chacun des deux pays a le droit d'élire, au minimum, un membre à chacun des organes d'administration et un membre à l'organe de contrôle interne de l'entreprise.

3. Sont considérés comme investisseurs nationaux :

a) Les personnes physiques domiciliées dans l'un quelconque des deux pays;

b) Les personnes morales de droit public de l'un quelconque des deux pays;

c) Les personnes morales de droit privé de l'un quelconque des deux pays, dans lesquels la majorité du capital social et des voix, et le contrôle administratif et

¹ Entré en vigueur le 27 juin 1992 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Vale de Las Leñas (Argentine), conformément à l'article XI.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1545, n° 1-26799.

technologique effectif sont, directement ou indirectement, détenus par les investisseurs indiqués aux lettres *a* ou *b* ci-dessus.

4. Les personnes morales mentionnées à la lettre *c* du paragraphe 3 dudit article, qu'elles soient domiciliées dans la République fédérative du Brésil ou dans la République argentine, constitueront, aux fins des dispositions de la lettre *b* du deuxième paragraphe dudit article, l'ensemble des investisseurs nationaux du pays auquel appartiennent leurs commissaires aux comptes.

5. Les apports de capital du Fonds d'investissement mentionné dans le Protocole n° 7 du Programme d'intégration et de coopération économique entre la République fédérative du Brésil et la République argentine seront considérés comme effectués par des investisseurs nationaux, aux fins du calcul des participations prévu dans ledit article.

6. Les investissements dans les entreprises binationales par des personnes physiques ou morales qui ne possèdent pas les caractéristiques mentionnées au paragraphe 2 du présent article ne seront pas considérés, aux fins du présent Statut, comme effectués par des investisseurs nationaux.

Article II

OBJET

Les entreprises binationales pourront avoir pour objet toute activité économique permise par la législation du pays de leur siège, à l'exception des limitations établies par disposition constitutionnelle.

Article III

FORME JURIDIQUE

1. Les entreprises binationales auront nécessairement leur siège dans la République fédérative du Brésil ou dans la République argentine, et revêtiront une des formes juridiques admises par la législation du pays choisi pour le siège social, ces entreprises devant joindre à leur dénomination ou raison sociale les mots « Entreprise binationale brésilienne-argentine » ou les initiales « E.B.B.A. » ou « E.B.A.B. ».

2. Si la forme choisie est celle de la société anonyme, les actions respectives seront obligatoirement nominatives, non transférables par endossement.

3. Les entreprises binationales ayant leur siège dans l'un des deux pays pourront établir, dans l'autre, des filiales, succursales ou établissements subsidiaires, en observant les législations nationales respectives en matière d'objet, de forme et d'enregistrement.

Article IV

APPORTS

1. Les apports de capital ci-après pourront être effectués dans l'entreprise binationale :

a) Apports en monnaie locale du pays d'origine de l'investissement;

- b) Apports en monnaies librement convertibles;
- c) Apports en biens de capital et équipements d'origine brésilienne et/ou argentine, sans couverture de change dans le pays récepteur;
- d) Autres apports permis par la législation de chaque pays; et
- e) Biens de capital et équipements originaires de pays tiers, dans la mesure où ils ont été introduits dans la République fédérative du Brésil ou dans la République argentine avant la date de la signature du présent Statut et incorporés au capital social au maximum deux ans après son entrée en vigueur. A compter de cette dernière date, les biens de capital et équipements originaires de pays tiers seront soumis au traitement fiscal en vigueur dans la République fédérative du Brésil et dans la République argentine.

2. Après vérification qu'il a été satisfait aux exigences constitutives de l'entreprise binationale, comme prévu à l'article VIII du présent Statut, l'Autorité chargée de l'application du pays du siège délivrera un certificat provisoire sur lequel figurent nécessairement le montant du capital social, la nature et le pourcentage des apports respectifs.

3. Moyennant la présentation à l'Autorité d'application de l'autre pays, du certificat provisoire mentionné au paragraphe qui précède, le transfert des apports de capital décrits sur le certificat en question sera automatiquement autorisé.

4. Une fois le capital social incorporé, l'Autorité d'application du pays de siège délivrera un certificat définitif et communiquera cet acte à l'Autorité d'application de l'autre pays.

5. Aux fins des dispositions de la lettre c du paragraphe 1 du présent article, les deux Gouvernements prendront les précautions nécessaires pour que l'entrée des apports ci-dessus mentionnés s'effectue sur leurs territoires respectifs avec le soutien des accords bilatéraux sur le commerce conclus entre la République fédérative du Brésil et la République argentine dans le cadre de l'Association latino-américaine d'intégration (ALADI), de manière à les exempter de toute restriction tarifaire ou non tarifaire (qu'elle soit fiscale, administrative, quantitative ou autre), aux termes de chaque législation nationale applicable dans les deux pays, pour l'entrée ou la sortie de tels apports.

Article V

TRAITEMENT

1. Les entreprises binationales auront, dans le pays de leur activité, le même traitement que celui qui est établi ou sera établi pour les entreprises à capital national de ce pays, même si la majorité du capital social appartient aux investisseurs de l'autre pays, conformément aux dispositions de l'article I du présent Statut, en matière de :

- a) Fiscalité interne;
- b) Accès au crédit interne;
- c) Accès aux incitatifs ou avantages de promotion industrielle nationale, régionale ou sectorielle; et
- d) Accès aux achats et contrats du secteur public.

2. Les biens et services produits par les entreprises binationales jouiront d'un traitement prioritaire, sur un pied d'égalité avec les entreprises à capital national, dans la mise en œuvre par les deux Gouvernements d'initiatives bilatérales développées dans le contexte du processus d'intégration et de coopération économique.

3. Le traitement prévu au présent article s'étend aux filiales, aux succursales et aux établissements subsidiaires des entreprises nationales, en observant, le cas échéant, les dispositions de l'article premier du présent Statut.

Article VI

TRANSFERT VERS L'EXTÉRIEUR

1. Les investisseurs de chacun des deux pays dans une entreprise binationale établie dans l'autre pays, auront droit, une fois payés les impôts correspondants, de transférer librement vers les pays d'origine respectifs les bénéfices provenant de leur investissement, dans la mesure où ils sont distribués proportionnellement entre les investisseurs, conformément aux dispositions du paragraphe 2 de l'article premier du présent Statut, et de rapatrier leurs participations au capital social, compte tenu, dans cette dernière hypothèse, des dispositions légales applicables dans chaque pays. Les filiales, succursales ou établissements subsidiaires des entreprises binationales auront le même droit en ce qui concerne leurs bénéfices en liquidités.

2. Même en cas de difficultés dans les paiements extérieurs, les Gouvernements des deux pays n'imposeront pas de restrictions aux investisseurs des entreprises binationales pour le libre transfert des bénéfices en liquidités qui leur reviennent.

Article VII

TRANSFERT DE PERSONNEL

Les deux Gouvernements prendront les mesures nécessaires pour faciliter les transferts, entre les deux pays, du personnel employé par les entreprises binationales, comprenant :

- a) Des facilités pour l'obtention de l'autorisation de séjour temporaire ou définitif; et
- b) La reconnaissance réciproque des titres professionnels.

Article VIII

PROCÉDURE

1. Aux fins d'obtention du certificat provisoire prévu à l'article IV du présent Statut, les investisseurs dans les entreprises binationales devront présenter à l'Autorité d'application du pays de siège, mentionnée à l'article IX, les documents suivants :

I. Un accord stipulant les conditions dans lesquelles se constitueront et fonctionneront les entreprises binationales, comprenant obligatoirement des informations sur les points suivants :

- a) Objectifs et programmes d'activité de l'entreprise binationale;
- b) Structure du capital social;
- c) Nom, nationalité et domicile des associés;
- d) Nature et valeur des apports respectifs au capital de l'entreprise binationale;
- e) Répartition des fonctions et charges de l'administration entre les investisseurs de chaque pays;
- f) Règles concernant la distribution des résultats de l'entreprise binationale;
- g) Règles concernant les opérations commerciales entre les investisseurs et leur entreprise binationale;
- h) Règles de préférence pour les cas de vente d'actions et l'augmentation de capital social;
- i) Règles concernant la liquidation de l'entreprise binationale; et
- j) Règles concernant la solution des différends, y compris le choix du tribunal à cet effet.

II. Copie du projet de statut social ou du contrat social de constitution de l'entreprise binationale.

2. L'Autorité d'application du pays de constitution de l'entreprise binationale délivrera le certificat définitif mentionné à l'article IV du présent Statut moyennant la présentation, par les intéressés, des documents suivants :

- a) Preuve de l'inscription des actes constitutifs de l'entreprise dans le registre correspondant;
- b) Preuve de l'incorporation du capital social;
- c) Copie du statut, accord ou contrat social, ou de document équivalent; et
- d) Déclaration sous serment des directeurs ou associés gérants, selon le cas, indiquant que la composition du capital social de l'entreprise satisfait aux règles établies à l'article premier du présent Statut.

3. Le certificat définitif garantira la jouissance des avantages prévus dans le présent Statut.

4. Seules les entreprises satisfaisant aux exigences et formalités établies dans le présent Statut pourront utiliser la dénomination « Entreprise binationale Brésil-Argentine » conformément aux dispositions du paragraphe 1 de l'article III.

5. Le transfert d'actions ou de participation dans les entreprises binationales exigera le consentement préalable de l'Autorité d'application du pays de siège, afin de vérifier que sont réunies les conditions fixées dans l'article premier du présent Statut.

Article IX

AUTORITÉ D'APPLICATION

1. L'Autorité d'application du pays de siège sera chargée des fonctions de certification de constitution et de fonctionnement d'entreprises binationales, conformément aux dispositions de l'article VIII et des autres articles connexes du présent Statut.

2. L'Autorité d'application de chaque pays ouvrira et tiendra à jour un Registre des entreprises binationales des deux pays, ouvert à la consultation du public.

3. L'Autorité d'application, lorsque auront été constatées des infractions au présent Statut ou à la législation du pays respectif, commises par une entreprise binationale, pourra priver d'effet la qualification de binationale de cette entreprise, en adressant une notification à l'Autorité d'application de l'autre pays. En pareil cas, l'entreprise perdra le droit de se prévaloir des dispositions du présent Statut, à compter du moment où l'infraction se sera produite, sans préjudice des autres sanctions légales applicables.

4. L'Autorité d'application de chaque pays sera désignée dans un délai de 30 (trente) jours à compter de l'entrée en vigueur du présent Statut, par les Ministres respectifs des relations extérieures, l'organisme désigné devant être un organe ou une entité déjà existant dans leurs administrations centrales respectives.

Article X

MISE EN ŒUVRE DU STATUT DES ENTREPRISES BINATIONALES

1. Il est constitué par le présent Statut un Comité binational permanent pour la mise en œuvre de l'accompagnement du Statut des entreprises binationales, composé de deux représentants du secteur public de chaque État partie — dont un du Ministère des relations extérieures et l'autre de l'Autorité d'application — et par deux représentants du secteur privé de chacun des deux pays. Les représentants du secteur privé auront un mandat de deux ans, renouvelable jusqu'à deux fois. Chaque membre aura un suppléant.

2. Le Comité déploiera ses activités dans chacun des deux pays et se réunira tous les six mois ou lorsqu'il sera convoqué par une des Parties.

3. Le Comité sera chargé de stimuler et de surveiller la mise en œuvre, la validité et l'efficacité dans les deux pays de mesures facilitant la formation et le fonctionnement d'entreprises binationales et garantissant le plein accès aux avantages octroyés par le présent Statut.

4. Le Comité agira également comme organe de consultation des Gouvernements nationaux en ce qui concerne toute question suscitée par l'utilisation et la pleine application du Statut, ayant sous sa responsabilité l'interprétation du contenu et de la portée de ses dispositions.

5. Le Comité établira son propre règlement intérieur au cours de sa première réunion, qui devra se tenir au plus tard dans les 60 jours qui suivront l'entrée en vigueur du présent Statut.

Article XI

ENTRÉE EN VIGUEUR

Le présent Statut entrera en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification respectifs.

Article XII

VALIDITÉ ET DÉNONCIATION

1. Le présent Statut aura une durée indéfinie.
2. Le présent Statut pourra être dénoncé par l'un quelconque des Etats parties, par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet un an après la date de sa notification à l'autre Etat partie.

Article XIII

DISPOSITION TRANSITOIRE

Les Gouvernements de la République fédérative du Brésil et de la République argentine réviseront dans un délai de quatre mois, à compter de la date d'entrée en vigueur du présent Statut, la Convention entre la République fédérative du Brésil et la République argentine tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu, signée le 17 mai 1980¹, afin de l'adapter aux dispositions du présent Statut.

FAIT à Buenos Aires le 6 juillet 1990, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République
fédérative du Brésil :

[Signé]

FERNANDO COLLOR

Pour la République
argentine :

[Signé]

CARLOS SAUL MENEM

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1300, p. 33.

